

IV Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia
- Classificar o Mundo -
9-11 de Setembro, ISCTE e ICS

A DIABOLIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS DA POBREZA
Estratégias de distinção e enfrentamento identitário da
estigmatização residencial

Resumo

A benevolência das políticas públicas com que nos últimos anos se procurou resolver as carências habitacionais mais extremas e, simultaneamente, promover a condição social das camadas pobres da população urbana, tem sido confrontada pelo menos com um efeito adverso e largamente imprevisível. Contra a expectativa dos próprios realojados que esperavam que as novas habitações, conformes com padrões de urbanidade socialmente aceitáveis, os libertassem da desvalorização simbólica do *habitat* degradado, muitos bairros sociais estão-se a transformar em lugares de condenação social e de exclusão, cada vez mais associados à violência e ao crime. Assinalados pelas designações burocráticas das agências oficiais como “problemáticos”, “críticos” ou “sensíveis”; cercados pelas operações de repressão policial, que os classificam em *rankings* segundo a sua perigosidade; expostos pelos *media*, que dramatizam a importância de acontecimentos muitas vezes excepcionais, estes bairros passam por processos descontrolados e dificilmente estancáveis de estigmatização territorial.

Para a maioria dos moradores, que individualmente já têm que lidar com a anomalia de, numa sociedade de abundância, serem incapazes de suprir as suas necessidades materiais, junta-se agora o reflexo estatutário destas imputações externas e das formas colectivas de identificação que a todos associam negativamente. Pegando no trabalho de campo realizado em dois bairros de realojamento da AML e nos dados mais extensivos resultantes do acompanhamento de seis processos PER, pretendo, em primeiro lugar, analisar as condições contemporâneas em que ocorrem os processos de estigmatização dos novos espaços, para, de seguida, me debruçar sobre os efeitos internos aos bairros, no distanciamento e na diferenciação que se instalam nas relações entre os moradores. O significado que estes processos e comportamentos têm para os projectos e as identidades dos conjuntos sociais estão na primeira linha de análise, mas dá-se particular relevo às estratégias que neste contexto são seguidas por uma franja de moradores empenhados em iniciar ou consolidar percursos de mobilidade social, acompanhados ou não de deslocalização residencial.

Comunicação

Os **territórios da pobreza** e mais concretamente os processos tumultuosos que estão neste momento a atravessar e a agitar os bairros de realojamento e a provocar algum alarme social, são o tema da minha intervenção de hoje neste painel. Queria começar por dizer, no entanto, que este **não é um tema central da investigação** que tenho estado a desenvolver nesta área, nem nunca esteve programado que assim fosse. O meu interesse específico por estes processos, decorre de um conjunto de acontecimentos que me surpreenderam a meio do trabalho de campo, que se têm sucedido com particular intensidade no último ano e meio nas áreas suburbanas de Lisboa e que eu não podia de modo nenhum ignorar, dadas as implicações directas sobre o meu objecto de estudo e a análise que estou a procurar empreender.

O que eu já estava a fazer e que continua a ser a prioridade do meu trabalho junto dos bairros sociais, são duas coisas: em primeiro lugar, observar e reconstituir as condições de formação e as

estratégias seguidas por aqueles que, entre estas populações cuja vida está marcada por períodos longos de pobreza e destituição, procuram pôr em prática projectos de mobilidade social, e, em segundo, captar as narrativas identitárias com que estes trânsfugas de classe auto-analisam os seus percursos e retratam as suas aspirações.

Para quem conhece a área dos estudos da pobreza, trata-se obviamente de um **objecto**, se me permitem a expressão, **esquisito**, no sentido em que foge às abordagens mais comuns. Desde logo, porque prefere estudar uma franja muito minoritária e excepcional do grupo-alvo que eleger -os pobres em trajectórias de mobilidade e, como se isso não bastasse, porque escapa à perspectiva dominante de considerar a pobreza a partir das suas causas e de procurar apurar quais os mecanismos de discriminação que lhe estão associados e as suas consequências. Não é minha intenção contestar o valor e a necessidade de tais perspectivas, mas tenho para mim que elas podem ser demasiado unidimensionais e tornar-se redutoras, se chegarem a impedir-nos de olhar para a condição de pobreza na sua diversidade e deixarmos de ver os pobres como pessoas que também estão expostos aos valores e às motivações de prossecução universal das nossas sociedades. A pobreza constitui certamente um problema social, é fruto de estruturas de desigualdade que se impõe à vontade e à agência individuais, mas a vida dos pobres está longe de se esgotar nas carências e dificuldades materiais que os constroem. Conhecer a condição social da pobreza implica olhar para ela de ângulos diversos, fugir à linearidade das abordagens que vão dos diagnósticos de necessidades à elaboração de respostas sociais, assumindo que é da observação da complexidade normal dos quotidianos, dos interesses e das motivações das pessoas, que podem emergir novas pistas relevantes para o solucionamento político do problema.

Há um momento que considero particularmente valioso quando se trata de compreender os modos de vida dos pobres urbanos. Refiro-me aos **realojamentos**, ou seja, aos períodos que decorrem entre a preparação e a transferência de populações de construções degradadas para novas habitações e aos anos de adaptação às novas condições de vida que se sucedem a essa fase de instalação. As mudanças que ocorrem durante esse período transcendem largamente a dimensão habitacional e transformam estes processos num catalizador da acção e, por isso, num dispositivo analítico imprescindível para aprofundar o conhecimento da vida e dos projectos das dezenas de milhares de

famílias e de comunidades pobres que nas últimas décadas foram submetidas a estas operações.

Do ponto de vista das populações, os processos de realojamento são acompanhados, mesmo antes da primeira hora, quando só ainda alguns rumores anunciam a sua chegada, com uma enorme ansiedade e esperança. O desejo da casa, de uma casa conforme, que respeite os padrões normais do habitar urbano, é um sonho alimentado durante anos, por vezes décadas, e aguçado em muitos casos por pré-anúncios que nunca chegam a conhecer concretização. E é exactamente porque é assim, que estas comunidades se mobilizam individual e colectivamente para acompanhar os realojamentos e atingem durante estes processos uma capacidade de auto-organização fora do habitual, que em geral se extingue depois da mudança residencial ter ocorrido.

Os primeiros tempos nas casas novas e nos novos bairros, são de grande investimento no habitat. Dentro das casas, cada família investe o que tem e o que não tem. O mobiliário e os equipamentos antigos são deixados para trás e substituídos por outros a estrear; as decorações e algumas funcionalidades alteradas, de modo a fazer coincidir o espaço habitado com os modelos imaginados. Simultaneamente, os espaços semi-públicos de coabitação são vigiados na suas utilizações e procura-se organizar a sua manutenção, enquanto os poderes públicos são pressionados para arranjar os espaços exteriores e fazer instalar os equipamentos em falta. Uma nova ética residencial unânime e expressa a uma só voz faz-se ouvir, mesmo quando os comportamentos não acompanham completamente e em todos os casos as atitudes prescritas.

Tive ocasião em trabalhos anteriores de me pronunciar sobre os múltiplos factores que, com frequência, fazem frustrar estes impulsos de apropriação positiva dos espaços, malgrado que não tem nos realojados os únicos, nem porventura os principais, responsáveis. O que agora me importa destacar e chamar a atenção é para a **valorização do espaço** revelada por todos estes comportamentos e tentativas de, a várias escalas, tomar posse das áreas de residência.

A reacção dos realojados não é, neste particular, muito distinta das populações em geral, independentemente da classe ou grupo social a que pertençam. Sem gozarem da liberdade de escolher os lugares, as casas e os seus vizinhos, ou a possibilidade de terem acesso imediato à propriedade - não nos esqueçamos que estes são processos coercivos, os moradores sentem as novas moradas como uma oportunidade única de mudarem não só as suas condições materiais de habitação, o seu

conforto e salubridade, mas igualmente de alterarem modos de vida e, através da requalificação simbólica do seu *habitat*, de darem passos no sentido de beneficiar duma promoção do estatuto social que lhes é atribuído.

O que estes factos me parecem manifestar é uma **consciência apurada dos pobres relativamente ao espaço enquanto estrutura social que lhes condiciona as identidades**, seja através das identidades atribuídas do exterior, seja dos aspectos auto-trabalhados e definidos das mesmas identidades. Os actores sociais pobres reconhecem o espaço de residência como um valor social e atribuem-lhe significados que depois são determinantes nas suas formas de agir. Apesar de ao realojamento corresponder uma maior privatização dos modos de vida, um fechamento sobre a casa, a família e os seus projectos, os bairros enquanto redes sociais mantêm uma importância especial para uma parte destas populações, idêntica há que tiveram para a generalidade das classes populares urbanas num passado recente. O bairro aloja o conjunto das suas relações sociais, os vizinhos são parentes, colegas de ofício e de trabalho, amigos e é muitas vezes a eles que se recorre para obter solidariedade e entreaajuda. Foi por causa deles e com a seu auxílio que no princípio se veio morar para estes lugares e é com eles que se tem partilhado a vida ao longo de muitos anos. É também devido a este 'encravamento', como lhe chamou Ulf Hannerz (1983: 316), ao fechamento e à centração sobre o local, que a análise destes contextos apela sempre a uma espacialização. Mesmo que estejamos interessados, como é o meu caso, em compreender o que se passa com grupos particulares de actores que ocupam posições diferenciadas na estrutura social local, que têm aspirações à mobilidade e ao deslocamento para fora destes espaços, a melhor maneira de entender os seus projectos é começar por auscultar os significados que atribuem às relações e às hierarquias locais e o modo como se pronunciam sobre as identidades dos seus lugares. Para mim, estes espaços funcionam como microcosmos, são produtos materiais das relações sociais e, concordo com Kevin Gotham, "uma manifestação de relações sociais e em si mesmos uma relação social" (2003: 724).

Como já disse antes, os pobres têm um sentido pleno da relação entre a sua identidade social e os lugares em que de residem. Adquiriram-no da pior maneira, experimentando na prática as consequências de terem vivido parte das suas vidas em bairros de barracas e de as representações sociais arbitrariamente associarem a degradação física desses *habitats* à inferioridade moral dos habitantes. 0

reaparecimento deste género de estigmas é a maior das ameaças ao realojamento, se entendermos que o sucesso destes programas habitacionais também se mede pela revalorização e pela integração sociais das populações. Sinais de degradação do *habitat* construído, pequenos acontecimentos ou infracções mais graves às normas que chamem a atenção do exterior e que se tornem conhecidos da opinião pública, são o suficiente para pôr em cheque a reputação dos bairros sociais e trazer de volta ou reforçar as identidades negativas. Quando tal acontece, é raro os bairros e as suas populações disporem dos recursos e da capacidade para pôr em prática as estratégias necessárias para investir colectivamente contra essas imputações e contrariar os preconceitos. As **consequências** acabam por se fazer sentir internamente, por ser **introjectadas** e cavar ainda mais os processos de individualização, gerar conflitualidades e trocas de acusações dentro do espaço residencial. Vários estudos sociológicos expuseram estes efeitos do realojamento, retratando-os a partir dos discursos locais e do paradoxo entre uma auto-proclamada satisfação com a casa e insatisfação com o bairro, fórmula que sumariza, através de uma expressão lacónica, a recusa das identidades residenciais diminuídas (CET-CML, 1993; Freitas, 1994).

Em contexto de realojamento, a **demarcação do estigma** pode assumir várias formas, de acordo com a composição dos bairros, a posição social dos actores e a sua segurança ontológica. A estratégia mais comum consiste em construir um pólo negativo das representações internas, associado ao grupo mais desclassificado dos moradores e reenviar para essas personagens expiatórias todas as acusações externas. Esta diferenciação moral dos residentes recorre amiúde a metáforas espaciais e à divisão dos bairros em zonas, entre bons e maus prédios e boas e más ruas. Noutros casos, estas estratégias de lidar com o estigma a que Goffman chamou 'técnicas adaptativas' (1988: 74), são diversas e podem oscilar entre uma exacerbação das diferenças pessoais e a correspondente desvinculação total do bairro, e a relativização das acusações externas, procurando dissimular ou apagar alguns dos aspectos mais penalizantes da má reputação.

As identidades territoriais negativas vêm eliminar uma fonte de capital simbólico que é relevante para todas as categorias sociais e, mais ainda, para os pobres, que excluídos de outros sistemas sociais básicos, poderiam encontrar nos ganhos em estatuto residencial um contrapeso importante e motivador dos seus projectos pessoais. Infelizmente e em muitos casos, defender o que resta destas

identidades residenciais fragilizadas pode estar a tornar-se uma tarefa cada vez mais difícil.

Se mudarmos de foco e pensarmos para além da cintura de bairros sociais que rodeiam as nossas metrópoles, teremos porventura motivos maiores para nos preocuparmos com os tempos críticos que poderão esperar esta pobreza urbana no futuro próximo e cujos primeiros sinais são já evidentes. Refiro-me às intensas mudanças estruturais que, desde finais do século XX, nos estão a transportar das chamadas economias fordistas para as economias avançadas, um período de acelerada modernização e reestruturação do capitalismo, marcado por uma profunda transformação dos sistemas produtivos e industriais e uma nova divisão internacional do trabalho. Segundo Loic **Wacquant** (2005; 2007) autor que aqui adopto como referência, as novas dinâmicas que impulsionam a economia estão a mudar simultaneamente a face e as condições de vida dos mais pobres. Enquanto até aqui a pobreza no ocidente era um fenómeno circunscrito e ligado às comunidades e às classes trabalhadoras, espacialmente disseminado e – defendiam alguns, combatível através do aumento da riqueza, agora aparece cada vez mais persistente e reprodutível, desligado dos ciclos económicos e segregado em áreas exclusivas e de péssima reputação social. Das propriedades estruturais que distinguem esta “nova pobreza” que Wacquant baptizou de “**marginalidade avançada**”, gostaria de me concentrar, para voltar à minha análise do **caso português**, naquelas que têm expressão no espaço: a concentração e a estigmatização¹.

Concentração e estigmatização caracterizam a pobreza urbana contemporânea, mas não são obrigatoriamente fenómenos muito recentes. **A concentração dos realojamentos** sociais em áreas monofuncionais, densamente habitadas e desligadas dos tecidos urbanos é antiga e tem origem em planos e projectos nalguns casos concebidos antes do 25 de Abril de 1974. No entanto, os grandes programas de realojamento da década de 90², não só não corrigiram os erros anteriores como, nalguns casos, ainda os agravaram, apesar das análises técnicas mais informadas o desaconselharem vivamente. Só na AML existem actualmente pelo menos meia dúzia de bairros e conjuntos

¹ Wacquant (2003) identifica mais três dinâmicas estruturais a nutrirem a pobreza contemporânea: macro-social, com o ressurgimento das desigualdades numa época de crescimento; a económica, com a mutação do trabalho assalariado; e a política, com a retracção dos Estados-Providência .

² PIMP e PER.

residenciais com 5000³ ou mais habitantes, maiores em população do que muitas das cidades que constituem o tecido urbano nacional. Não necessariamente por causa da sua dimensão ou multiplicação sobre o território, mas em paralelo com este processo, foi-se assistindo, por parte de técnicos, burocratas, políticos, comentadores e jornalistas que lidam com as questões sócio-urbanísticas, a uma utilização crescente do termo aglutinador de “bairros” para designar o universo da habitação social, sinal de que a gíria especializada assimila estas realidades diversas e as considera uniformes de muitos pontos de vista.

A **má fama** é outra marca antiga dos bairros pobres. Nos anos 80 - quando o desígnio político de ‘erradicar as barracas’ ainda não havia sido decretado e os bairros de realojamento eram muito menos do que são hoje, já se ouvia indiscriminadamente chamar ‘Cambodja’ e ‘Vietname’ a várias áreas de habitação degradada e de construção social da cidade, nomenclaturas que assinalavam a real ou suposta violência e perigosidade desses lugares. Contudo, **desde o Verão de 2008** a esta parte, têm vindo a ocorrer uma série continuada de **incidentes graves em bairros sociais da AML**, que nos devem levar a reflectir sobre a possibilidade de se estar a assistir a **nova etapa na estigmatização da pobreza**, de acordo com processos que se valem da aglomeração territorial para fazer reflectir sobre populações inteiras as identidades negativas constituídas a partir das suas áreas residenciais. Os casos mais notórios destes incidentes foram os da **Quinta da Fonte e dos Terraços da Ponte/Quinta do Mocho (Loures) em Julho e Agosto de 2008** e os dos **Bairro da Bela Vista (Setúbal) e Quinta da Princesa (Seixal), em Maio e Agosto de 2009**, mas a lista é mais extensa e podia incluir outros lugares e ocorrências, como os do Bairro de Santa Filomena e da Quinta da Laje (Amadora), igualmente durante o último ano. Numa visão de conjunto, há um **padrão** claro de **acontecimentos**: acções de repressão ao crime ou de reposição da ordem pública, dão lugar a ocupações policiais dos bairros e a reacções, mais ou menos violentas ou pacíficas, por parte das populações. O que me importa aqui salientar não são os pretextos, as conjunturas e a historicidade dos processos, mas sim as suas **consequências em termos de rotulagem e estigmatização** territoriais, uma vez que a acção das instituições que têm a seu

³ Dos quais, dois com mais de 10.000 habitantes. De acordo com a GEBALIS, a cidade de Lisboa tem 67 bairros sociais com cerca de 25 mil casas onde habitam 87 mil pessoas (Fonte: IOL Diário),

cargo as intervenções directas e os agentes que à distância desenvolvem as suas análises no espaço público, convergem numa atribuição de responsabilidades que contribui para reforçar as imagens degradadas dos lugares e a vilificação colectiva das populações. Um dos principais actores que participam nesta construção de representações enviesadas e negativas são as próprias **forças de segurança**. Ao elegerem e anunciarem como alvo das suas estratégias de combate ao crime as áreas residenciais⁴ e, particularmente, os bairros sociais, ordenados em *rankings* segundo a sua perigosidade⁵; ao cercarem, durante dias seguidos, bairros inteiros para capturar ou controlar indivíduos ou pequenos grupos, em demonstrações de força que criam autênticos cenários de guerra urbana⁶, as polícias são responsáveis por passar para a sociedade e para a opinião pública a ideia de que a ameaça reside nestas zonas, criminógenas por natureza, e não em pessoas que cometem delitos.

Há depois o papel fundamental dos **órgãos de comunicação social**, que aparecem cada vez mais *embedded* no terreno⁷ para fazer coberturas por vezes completamente unilaterais dos acontecimentos⁸, chegando a dramatiza-los ou a explorar os ângulos mais espectaculares, de modo satisfazer não critérios informativos mas a suposta vontade das audiências. E finalmente, as várias **agências públicas** cujos discursos assinalam estas zonas como “problemáticas”, “sensíveis” ou “críticas” e os representantes de quadrantes políticos e de preconceitos sociais que insistem em culpar as vítimas e em negar causas estruturais para a pobreza. É à conta da intervenção combinada destes agentes que a estigmatização territorial e a vilificação da pobreza avançam de forma descontrolada, cavalgando a predisposição tradicional para condenar estas populações em função da sua incompetência económica ou da sua origem étnica e racial.

Depois dos acontecimentos e superando a inacção e o alheamento habituais, sucedem-se os anúncios pontuais de **medidas de combate**

⁴ ‘Polícias vão controlar casas de criminosos’ anunciava em Junho deste ano o secretário de segurança interna. E acrescentava ‘estão essencialmente localizadas nas áreas dos bairros problemáticos’, ‘são cerca de uma dezena (os bairros a vigiar)’ e ‘só numa área foram identificados trezentos suspeitos’. Terá sido com base nesta estratégia que a polícia terá procurado evitar este ano outro ‘Verão Quente’, idêntico ao de 2008.

⁵ Desde 2007 que as forças de segurança elaboram e divulgam (ex. Expresso de 6 de Abril de 2007) listas de bairros segundo o seu grau de risco (Alto, Médio e Baixo). Todas as áreas referenciadas correspondem a bairros degradados e a bairros de habitação social.

⁶ Estas operações são sempre levadas a cabo por forças especiais de polícia.

⁷ Em meados de Junho, jornalistas do Grupo Imprensa participaram num curso prático de intervenção em zonas de conflitualidade urbana, ministrado pela GNR, para saberem articular-se com o trabalho das polícias.

⁸ Não é uma regra fixa, mas em pelos menos duas situações, só foram ouvidas entidades oficiais: o comando policial, o ministro da tutela, o governador civil, e o presidente da autarquia.

aos problemas destas áreas, ao nível do policiamento – os oficialmente designados ‘Contratos Locais de Segurança’ e de requalificação urbana, com intervenções no edificado e ao nível dos equipamentos.

O poder parece por isso continuar insensível ao prejuízo que estes acontecimentos representam para a imagem das populações e não ter a noção de como é necessária uma política de defesa e promoção dos bairros e das identidades locais, sobretudo agora que o problema já não é só o da territorialização da pobreza mas também da sua racialização⁹. Parte deste trabalho, senão nos quisermos quedar pelo marketing e pela imagem, será demorado e exigirá o estímulo e a mobilização das energias comunitárias, mas, outra parte, depende apenas de uma consciencialização dos vários agentes para a importância de terem uma acção mais discreta, por vezes mesmo invisível, e por não recearem privilegiar estas populações com medidas de discriminação positiva. Em nome do direito à identidade social dos mais desprotegidos.

Bibliografia Citada

- Gotham, Kevin Fox (2003) Toward an understanding of the spatiality of urban poverty: the urban poor as social actors. *International Journal of Urban and Regional Research*, Vol.27 (3), pp.723-737.
- Goffman, Erving (1988) [1963] *Estigma. Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- Hannerz, Ulf (1983) *Explorer la Ville: Éléments de Anthropologie Urbaine*. Paris: Minuit.
- Wacquant, Loic (2005) Marginalidade urbana no novo milénio. *Configurações-Revista de Sociologia*, Vol.1 (1), pp.59-72.
- Wacquant, Loic (2007) *Parias urbanos. Marginalidade n la ciudad a comienzos del milénio*. Buenos Aires: Manantial.

José Cavaleiro Rodrigues
Escola Superior de Comunicação Social-IPL/CRIA
jrodrigues@escs.ipl.pt

⁹ Todos os bairros citados são compostos maioritariamente por, 70% ou mais, de imigrantes negros.